

Ética: Implicações na Educação a Distância

Ethics: Implications in Distance Education

Simone de Paula Teodoro Moreira^{1*}
Wanderson Gomes de Souza¹
Alessandro Messias Moreira¹
Pedro dos Santos Portugal Júnior¹

¹ Centro Universitário do Sul de Minas.
Avenida Alzira Barra Gazzola, 650 -
Aeroporto - Varginha, MG - Brasil .
simone@unis.edu.br

Resumo

Com base nas concepções de Theodor Adorno e Zygmunt Bauman, estudiosos na área de Filosofia, este trabalho se propõe a analisar as questões éticas que perpassam os cursos de Educação a Distância, especialmente no que diz respeito aos cursos de formação de professores. Inicialmente apresenta considerações sobre os conceitos de ética, semiformação e educação mediada por tecnologias, necessários para discussão sobre o tema. Tal abordagem se justifica pelo considerável crescimento da Educação a Distância nos últimos anos e pela frequente discussão acerca da qualidade desses cursos, considerando o elevando número de professores licenciados via essa modalidade de educação e futuros responsáveis pela educação brasileira. O objetivo deste estudo é, inicialmente, entender como as questões éticas podem influenciar o processo educativo para formação de professores na modalidade a distância.

Palavras-chave: Ética, EaD, Teoria da semiformação, Theodor Adorno, Zygmunt Bauman.



Recebido 16/03/18
Aceito 20/09/18
Publicado 14/11/18

COMO CITAR ESTE ARTIGO

ABNT: DE PAULA TEODORO MOREIRA, Simone et al. Ética: Implicações na Educação a Distância. *EAD EM FOCO*, [S.l.], v. 8, n. 1. 2018. ISSN 2177-8310. doi:<https://doi.org/10.18264/eadf.v8i1.716>

APA: de Paula Teodoro Moreira, S., Gomes de Souza, W., Messias Moreira, A., & dos Santos Portugal Júnior, P. (2018). Ética: Implicações na Educação a Distância. *EAD EM FOCO*, 8(1). doi:<https://doi.org/10.18264/eadf.v8i1.716>

Ethics: Implications in Distance Education

Abstract

Based on the views of Theodor Adorno and Zygmunt Bauman, scholars in the area of Philosophy, this paper proposes to analyze the ethical issues related to Distance Education courses, especially with regard to teacher preparation courses. Initially, it presents considerations about the concepts of ethics, semi-formation, and technology-mediated education, necessary for discussion on the subject. Such an approach is justified by the considerable growth of Distance Education in recent years and by the frequent discussion about the quality of these courses, considering the increasing number of teachers licensed through this modality of education who are responsible for the future of Brazilian education. The objective of this study is, initially, to understand how ethical issues can influence the educational process for teacher preparation through distance education.

Keywords: *Ethics, EaD, Semiformation theory, Theodor Adorno, Zygmunt Bauman.*

1. Introdução

Antes de tudo, é importante que compreendamos que, no mundo contemporâneo, com toda a carga de complexidade, faz-se necessária a formação de indivíduos que possam interagir em seu meio, seja ele profissional, familiar ou social, não perdendo de vista as questões, tão necessárias atualmente, no tocante aos processos que envolvem a responsabilidade social. Nesse sentido, impera nos meios formativos a necessidade de implantação de condutas éticas. Para tanto, é fundamental que tenhamos em mente que o tema “Ética” é sempre atual, e essa afirmação é possível, uma vez que os processos éticos e políticos geram e aprimoram as relações que constituem a sociedade e são princípios que norteiam as relações entre os homens, sendo esses processos universais.

Compreende-se também que são os processos éticos, estabelecidos em sociedade, que promovem as reflexões sociais. Permitem, portanto, que se estabeleçam reflexões referentes ao comportamento que direciona a sociedade, pois a ordena com intenção de garantir a coesão social e a harmonização dos interesses, sejam eles individuais ou coletivos, lembrando que eles são permeados pelos processos de adoção de procedimentos adequados aos costumes vigentes.

Nessa linha, conceitos e princípios devem permear a dinâmica relacional da EaD. Discussões que envolvem a formação de profissionais para essa modalidade de ensino devem ser problematizadas, uma vez que na EaD as relações são, em grande parte, mediadas pelas TIC, o que demanda formular e adequar as normas éticas para atender a essa nova demanda de ensino, levando em consideração que nessa modalidade os processos de formação autônomos imperam.

Por isso, para que tenhamos direcionamentos adequados às propostas que envolvem EaD, faz-se necessário que conheçamos as questões éticas que perpassam os processos educativos. Nesse sentido, é fundamental que tenhamos conhecimento dos documentos que norteiam a ética na EaD no país; para tanto, uma análise, mesmo que superficial, do Código de Ética da Associação Brasileira de Educação a Distância possibilita a discussão de questões que envolvam, por exemplo, as relações nos ambientes virtuais de aprendizagem e entre os variados setores que compõem o sistema organizativo e condutor da

formação em EaD e até mesmo as situações de produção dos conhecimentos que permeiam a formação geral dos alunos, neste caso o plágio na internet.

Tal abordagem se justifica em função do crescimento da oferta de cursos e alunos em EaD, tornando fundamental esse tipo de análise, uma vez que o tema “Ética” tem sido discutido nesse contexto, na intenção de estabelecer uma educação de qualidade, evitando um processo de semiformação.

É importante salientar também que a finalidade desta pesquisa é contribuir com o trabalho das instituições que oferecem cursos de formação de professores na EaD, para que suas propostas levem em consideração a relevância de estabelecer efetivamente um meio em que imperem as questões éticas. Esse propósito será buscado com base na revisão bibliográfica, considerando a visão de diversos autores sobre os assuntos relacionados.

2. Princípios Universais das Condutas Éticas

Para identificar como se processam as condutas éticas, esse tópico parte de dois pensadores (filósofos) que problematizam tais questões: Sócrates, que considera o pensar crítico e racional como convicção pessoal, e Kant, que considera a capacidade moral, a dignidade e o agir universal.

Problematizando a forma do pensar ético desses dois filósofos, temos que Sócrates (470-399 a.C.) dedicou-se às reflexões sobre a conduta humana, as questões que envolveram a moral entre o bem e o mal. Vê-se que seu pensamento sobre a questão gira em torno da noção de “que basta saber o que é o bem para praticá-lo”.

No ideário de Kant (1724 -1804), os processos éticos têm origem no interior do indivíduo; ele faz referência a esse aspecto comentando que “a lei moral em mim realça infinitamente o meu valor como inteligência por meio de minha personalidade. Ela me revela uma vida independente da animalidade e também de todo o mundo sensível” (Kant, 1959, p. 40).

Aqui é importante perceber que qualquer indivíduo, ao se deparar com a necessidade de agir dentro de modelos éticos, considerando-se que usufrua de leis e costumes, estabelece relações interiores e promove uma reflexão indagando-se como agir perante a situação estabelecida e age de forma que a ação torne-se uma lei universal. Perceba que os indivíduos em geral, ao se conduzirem pelas suas ações, estabelecem, a partir da liberdade que se tem, reflexões que obrigam moralmente a sua consciência, que é livre, a buscar internamente uma “ética de validade universal” que é sustentada na igualdade fundamental existente entre os sujeitos. Para concluir essa questão, vamos usar a máxima de Kant: “Age de tal forma que a máxima de tua vontade possa valer-te sempre como princípio de uma legislação universal” (Kant, 1959).

Zygmunt Bauman (2011), sociólogo representante da teoria crítica, questiona em um de seus textos “que oportunidades tem a ética no mundo globalizado dos consumidores?”. Esse questionamento pode ser refletido também no contexto educacional, no qual questões éticas estão sempre em destaque. Como uma das principais áreas de estudo dentro da Filosofia, a ética tem derivação do termo grego que se relaciona com proteção e segurança; partindo dessa definição, Bauman questiona se é possível ser ético sem liberdade ou sem segurança ou ainda de forma imposta.

Sem ética não temos uma sociedade ética e, por consequência, falta autonomia ao sujeito. Theodor Adorno (1995) diz que para entender ética é preciso entender o processo emancipatório e a sociedade como uma escola. A emancipação passou por dois eixos importantes: uma sociedade sólida, marcada por um período de perseguições, poder público, surgimento de classes sociais, conquistas com capitalismo pesado, em que o tempo era utilizado para produzir e o homem era visto como produtor de ferramentas,

e por um segundo eixo, o período em que vivemos, visto por Bauman (2001) como uma época de uma sociedade líquida e fluida, em que o tempo e o espaço são separados, em que a sociedade é fluida, se desmancha e o capital é livre, uma sociedade de dormência.

O conceito de emancipação é apresentado pelo autor como a ideia de sair da minoridade do não entendimento, sair da alienação usando a lei dentro de mim e não só para meu interesse, num viés que depende da luta, de diálogo, em que a emancipação nos libertaria da sociedade que é extremamente complexa e nos levaria à autonomia.

Na globalização, em muitos casos, a ética se perde por uma questão de interesse, uma vez que sem diálogo, sem discurso, não há emancipação; e sem emancipação não há ética, tornando tudo vendável. A ética trabalha com o ser e não com o ter, e na sociedade líquida vivemos no mundo do consumo, conforme abordado por Bauman (2011), e nem sempre temos consciência. Precisamos entender que não é o excesso ou falta de leitura que nos deixará mais ou menos éticos, pois ética é princípio.

No entanto, é preciso falar de ética com cuidado para não colocarmos a perder todo um processo educativo realizado até este momento. Ética não pode servir para defender interesses pessoais ou para um grupo pequeno, pois não é a “minha ética” ou “ética da empresa”; ela é única e estamos o tempo todo tentando fazer a ética flexível, moldá-la sem nos conscientizarmos de que isso é deixar de ser ético.

Na sociedade do consumo, precisamos consumir para nos tornar visíveis, consumir para ser e tendo para alcançar sensações de que sou consumidor de produtos, valores, percepções, pois a única coisa que freia o sujeito é a falta de condições de consumo; as pessoas vivem para consumir e não consomem para viver.

Bauman (2011) questiona se a “ética é possível num mundo de consumidores”, uma vez que vivemos uma vida apressada, com desafios líquidos, modernos para a educação, por meio de uma ética às avessas, em que as pessoas precisam pagar pela segurança – que deveria ser, de fato, um direito público no Brasil.

Vivemos num contexto em que não podemos seguir a moda nem ficar fora dela. Seguir a moda é ser rápido, apressado, descartar sempre. Sabe-se que algumas coisas não são modismos, mas geram benefícios e precisam ser observadas. No entanto, a indiferença congela os valores éticos nessa sociedade líquida, em que desconfiamos sempre do outro, fazemos escolhas por nós mesmos e não pela sociedade como um todo, já que precisamos consumir para pertencer e aos poucos vemos o espaço público ser invadido pelo espaço individual.

3. Ética no Contexto da Educação a Distância

Iniciando a reflexão, lembramos que a EaD vem crescendo rapidamente em todo o mundo, incentivada pelas possibilidades decorrentes das novas tecnologias da informação e das comunicações (TIC) e pela inserção em todos os processos produtivos.

Verifica-se que cada vez mais cidadãos e instituições veem nessa forma de educação um meio de democratizar o acesso ao conhecimento e de expandir oportunidades de trabalho.

De acordo com Adorno (1995, p. 16),

a educação já não diz respeito meramente à formação da consciência de si, ao aperfeiçoamento moral, à conscientização. [...] A consciência já não seria “de”, mas ela “é”. Seria apreendida como sendo experiência objetiva na interação social e na relação com a natureza, ou seja, no âmbito do trabalho social [...]. Nestes termos, para não ser vazia, a “ética” precisaria se afirmar no plano do trabalho social; caso contrário – a

recusa da articulação entre formação e trabalho –, o referencial ético voltaria a se basear no “subjetivismo normativo”.

Com vista a essas novas perspectivas educacionais, cabe refletir e processar elementos que corroboram as conduções educacionais voltadas para a formação em EaD. Sobre a formação em EaD, precisamos questionar: como podemos delinear a ética na formação em EaD? Em que sentido os processos éticos apoiam a formação de um sujeito mais consciente e atuante em sociedade? Em relação à prática em EaD, na vigência atual dos processos educacionais, encontramos espaços para falar em ética? Em caso positivo, qual a importância dessas ações éticas para os sujeitos protagonistas desse cenário, em que a relação espaço-tempo difere fortemente do ensino presencial? No tocante à complexidade social, questionamos se o agir ético pode contribuir com a sociedade contemporânea no sentido de reduzir sua complexidade.

Ao estabelecer orientações de condução dos processos educacionais na modalidade EaD, mediada por tecnologias, é imprescindível que o mediador, estando na figura do professor ou tutor, tenha, além da competência tecnológica para que flua uma condução natural, agilidade e aptidão no ambiente que será utilizado. Habilidades como saber se relacionar em fóruns, correio, *chats* e portfólios e conduzir processos de forma a dar oportunidade de expressão aos envolvidos são pressupostos para o trabalho nesse meio.

Retomando a discussão sobre a ética e EaD, Oliveira e Carneiro (2005, p. 8) contribuem comentando que “a sociedade contemporânea apresenta como características o risco e a incerteza em cada decisão que venha a ser adotada”. Nesse sentido, compreende-se que a redução da complexidade dos problemas que se apresentam no cenário da EaD constitui-se em um imperativo para que o processo se concretize em consonância com os objetivos dessa modalidade de educação dentro de preceitos éticos.

Com efeito, é bom que reconheçamos que, ao desenvolver uma interatividade formativa envolvendo os processos de formação em EaD, as tecnologias da informação e comunicação serão aliadas e serão os meios pelos quais as organizações de conhecimento se estabelecerão.

Nesse sentido, devemos compreender que esses meios trazem consigo uma proximidade intimamente ligada à ambivalência dos seres humanos, promovendo condições para uma educação emancipatória, na qual as tecnologias corroboram para que seja possível a democratização do acesso à informação e do diálogo entre indivíduos, ao mesmo tempo que colaboram em favor de uma racionalidade instrumental que se coaduna com os princípios neoliberais. “A visão crítica aceita a ambiguidade da tecnologia, que, a um só tempo, pode advogar em favor da emancipação e da alienação, a depender do uso que dela se faça” (Pesce, 2007, p. 8).

Fica claro que é necessário estabelecer condutas que deem conta de sustentar um processo de formação dentro das condutas ideais de formação e que tenha consonância com as indicações éticas estabelecidas acima. O que se espera de um estudante da modalidade a distância é que possa ter sucesso nas empreitadas de avanço dos conhecimentos; para tanto, alguns pontos são destacados para atingir esse objetivo, no que diz respeito a perfil do aluno, sua autonomia, sua liberdade.

O perfil de um estudante de EaD configura-se em relação à capacidade de ser gestor de seu processo de aprendizagem, construindo aspectos de autonomia para aprender. A autonomia é essencial a ele, uma vez que envolve um processo comparativo ao que é estabelecido nas conduções éticas, pois o aluno exercita sua liberdade em optar conscientemente por uma das possibilidades que se apresentam para sua escolha. Nas organizações e interações de aprendizagem, o estudante em EaD deve ter e exercer o princípio da liberdade, reconhecendo-o como fundamental para a existência da ética.

Nesse sentido, Oliveira e Carneiro (2005, p. 8), sustentados nos pressupostos kantianos, apontam que a ética se relaciona com fundamentos que os sujeitos instituem a si mesmos com a finalidade de serem

cumpridos. Ela é uma escolha individual, ativa e pressupõe a aceitação íntima dos “valores, princípios e normas morais”. Dessa forma, a pessoa é “responsável por definir sua ética”. Assim, os autores destacam que, embora as pessoas sejam “livres, conscientes e racionais”, não há uma fórmula pronta para o agir, restando saber a quem devemos consultar quando precisamos definir o nosso agir.

Por esse viés, para que o estudante da EaD vivencie processos éticos, faz-se necessária “a reflexão individual e racional de cada sujeito optando voluntariamente por agir de uma maneira universal, na perspectiva kantiana, ou seja, tomando decisões válidas e vigentes para todos os indivíduos” que, assim como os problemas da ética, apresentam uma hipercomplexidade, a ser permanentemente estudada e compreendida (Oliveira; Carneiro, 2005, p. 8).

Devemos, portanto, reconhecer que, em se tratando de EaD, o que permeia os processos de conhecimento são os processos de comunicação diversificada e que esta, por sua vez, acontece em locais diferenciados, pois nem sempre as pessoas estão ligadas o tempo todo. Essas comunicações são chamadas de síncronas e assíncronas. Alunos que estão conectados de forma assíncrona não estarão conectados ao mesmo tempo, o que depreende a necessidade de recursos tecnológicos que permitam a superação da distância.

Para que todas essas questões se estabeleçam, considerações reflexivas em torno das conduções éticas devem ser aprimoradas para que não caiamos nas armadilhas que envolvem o processo de ensino-aprendizagem. Fazem-se necessárias regulamentações e estabelecimento de critérios claros para as condutas, em que os próprios projetos de curso devem abordar, em sua estruturação, condutas como as estabelecidas no Código de Ética da Educação a Distância:

- Procurar assegurar que a estratégia pedagógica usada seja sempre centrada no aluno e em suas necessidades.
- Ser capaz de justificar a escolha da mídia a ser usada nos cursos e nos materiais didáticos tendo sempre como pano de fundo a proposta pedagógica e as metas didáticas pretendidas, assim como as necessidades, qualificações e possibilidades dos alunos.
- Preservar o direito à privacidade dos alunos e da equipe pedagógica, não repassando a terceiros qualquer tipo de informação sobre suas vidas pessoais (Abed, 2012).

Tais pontos levantados pela ABED são significativos para o processo de formação dos sujeitos, devendo se relacionar com sua emancipação e formação crítica e reflexiva. No entanto, são condutas direcionadas para as instituições que oferecem os processos de formação e não para os alunos envolvidos.

Nesse contexto, vale destacar um dilema ético enfrentando na EaD que se relaciona diretamente às cópias de documentos, artigos, livros, ou seja, a realização de plágios. Nesse sentido, faz-se necessário considerar a importância de o mediador dos saberes em EaD levar os alunos a compreender a gravidade dos plágios, o quanto interfere na qualidade do que se produz na academia e na sociedade.

O aluno, pela mediação, deve atentar-se para o fato de que a autoria é imprescindível para a formação geral de um sujeito e que aspectos que envolvem o plágio devem ser considerados como algo que infringe a norma estabelecida no meio acadêmico e na sociedade. Aceitar o plágio como situação normal e resultante da inserção da internet na educação é colaborar para a criação de sujeitos menos éticos, não críticos e reflexivos e que não respeitam os direitos dos outros.

A esse respeito, cresce o número de estudos que debatem tal situação corriqueira no meio acadêmico, que é facilitada pelos recursos das TIC, sobretudo pela internet. O plágio é frequentemente encontrado

nas instituições de ensino brasileiras, podendo ser considerado uma negação da autoria, de não reconhecimento do outro e da identidade do autor (Silva, 2008).

Por esse viés, compreender o que é, quem é e como se faz autor é de extrema importância para o sujeito formador e para aqueles em formação nas instituições de ensino superior brasileiras, visto que a negação da autoria é um rompimento com os valores éticos da sociedade.

A base sobre a qual se fundamenta este trabalho é a de que o compromisso ético daquele que educa a distância é de desenvolver um projeto humanizador, capaz de livrar o cidadão da massificação e do plágio, mesmo quando dirigido a grandes contingentes. Para isso, é preciso ter como foco a aprendizagem do aluno e superar a racionalidade tecnológica que valoriza meios em detrimento dos fins (Brasil, 2003).

Nesse sentido, a formação dos profissionais de EaD deve, antes de tudo, reconhecer a relação dialética entre educação e sociedade, a qual se ergue em meio aos polos de reprodução e reconstrução. Da mesma forma, deve reconhecer a relação dialética entre TIC e educação, em que as primeiras podem contribuir com a constituição de uma consciência alienada ou emancipada, a depender do enfoque que se dê (Palloff; Pratt, 2002).

A importância dessa discussão é justificada pelo ingresso crescente de estudantes nos cursos de graduação a distância, que no ano de 2016, de acordo com o INEP ¹, representou índice superior a 39% dos alunos ingressantes nesse nível de ensino. Por sua vez, o número total de alunos das licenciaturas matriculados naquele ano representava 1,5 milhão em todos os períodos.

Sabe-se também que, mesmo com o alto número de alunos matriculados em cursos de licenciatura na modalidade a distância, vários estudos apontam a falta de professores para a Educação Básica em alguns anos. Nesse ponto, o conceito de semiformação ou formação mediana também servirá de sustentação para essa pesquisa, uma vez que “a mera falta de professores não deveria favorecer aqueles que pela sua própria formação provavelmente acabarão prejudicando a própria demanda de docentes” (Adorno, 1995, p. 51).

O autor ainda sustenta que:

tal é a dissolução da dimensão ética na formação pelo trabalho que a reificação dela resultante abrange inclusive a burguesia beneficiária do trabalho alienado. Isso demonstraria como o próprio processo de formação é reificado, é coisificado estruturalmente, tornando a verdade uma função do trabalho social (Adorno, 1995, p. 17).

De acordo com Adorno (1995), é necessário um olhar crítico para evitar a cegueira diante das tecnologias que hoje competem entre si no interior dos processos de mediação educacional. Para ele, em um tempo em que a educação, as ciências e as tecnologias se apresentam conjuntamente e propõem serem passaportes para a humanização ideal, é preciso criticar permanentemente.

Nesse sentido, ao pensar uma possibilidade de técnica, Belloni (2002, p. 1) afirma que, “embora não seja o único fator determinante, a tecnologia está fortemente associada ao desenvolvimento da Educação a Distância” e, portanto, há relevância de discutir tecnologias nesse contexto. Nesse ponto, necessitamos entender a EaD e seus pressupostos e perceber as diferentes conceituações de alguns termos que definem essa modalidade de ensino.

¹ Número de ingressantes por modalidade de ensino, Tabela 2.7, p. 14. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/censo_superior_tabelas.pdf. Acesso em 12 jul. 2018.

Ao buscar esclarecimentos nesse sentido, é novamente Adorno (1995, p. 142) quem nos auxilia, comentando que “a educação seria impotente e ideológica se ignorasse o objetivo de adaptação e não preparasse os homens para se orientar no mundo” e acrescenta que “ela seria igualmente questionável se ficasse nisso, produzindo nada além de pessoas bem ajustadas, em consequência do que a situação existente se impõe precisamente no que tem de pior”.

Adorno (1995, p. 23) também traz à tona o conceito de indústria cultural como sendo “um conceito político e ético materialmente embasado no processo produtivo. Do mesmo modo, o conceito de ‘semiformação’ constitui a base social de uma estrutura de dominação e não representa o resultado de um processo de manipulação e dominação políticas”. Ambos os conceitos nos remetem para o tema principal desta pesquisa, que trata da ética no contexto da educação.

Valente (2010) chama nossa atenção para o fato de que, em qualquer campo, o que não pode ser assumido é que simplesmente disponibilizar a informação seja suficiente para que haja construção de conhecimento, para que se formem cidadãos, assim como aceitar na EaD brasileira a persistência de propostas pedagógicas que privilegiam a transmissão de informação.

No que diz respeito à educação, essa problemática traz o risco da redução do debate sobre educação. O apego excessivo à técnica em detrimento do humano implica a substituição da preocupação com os fins pela preocupação com os meios. Por uma questão de mercado, insere-se aqui a relevância de discussão dos conceitos apresentados por Adorno. O conceito de semiformação, para Adorno, relaciona-se ao conceito de indústria cultural.

De acordo com Zuin (1999), a noção/conceito de “indústria cultural” foi cunhada por Adorno e Horkheimer em 1947 com a finalidade de caracterizar a então nova produção simbólica, que não mais emanava do saber popular, como fora desde sempre, mas sim de interesses de mercado.

Voltado contra o uso dos meios de comunicação para a manipulação (educação) de massas, Adorno aponta a unilateralidade das tecnologias da primeira metade do século XX e suas consequências uniformizadas e uniformizadoras. E, contrariamente a essa ordem das coisas, defende que “a formação que por fim conduziria à autonomia dos homens precisa levar em conta as condições a que se encontram subordinadas à produção e à reprodução da vida” (Adorno, 1995, p. 18).

Sobre a semiformação, Adorno afirmou que

o indivíduo semiformado não se sente estimulado a refletir criticamente sobre o que aprende, pois dificilmente consegue apreender algum conhecimento por um tempo que o capacite a elaborá-lo a ponto de poder ressignificar sua própria vida. A máxima de que não há tempo a perder é orgulhosamente assumida pelo indivíduo semiformado, que, diante da velocidade de reposição das informações, se identifica como alguém que precisa saber de tudo um pouco, mesmo às expensas da superficialidade em que tais informações são absorvidas. É por isso que a semiformação pode ser caracterizada como “fraqueza em relação ao tempo, à memória, única mediação que realiza na consciência aquela síntese da experiência que caracterizou a formação cultural em outros tempos” (1996, p. 406, apud Zuin, 2011, p. 615).

De acordo com Rosa (2011, p. 65), para Adorno “o travamento da experiência deve-se à repressão do processo em prol do resultado, falsamente independente, isolado. O que, em outras palavras, denomina ‘semiformação’”. Para Adorno, “a formação não tem nenhuma outra possibilidade de sobreviver senão pela autorreflexão crítica sobre a semiformação em que se transformou” (1996, p. 73).

Percebe-se um movimento de ofertas de cursos EaD com propostas que buscam incluir tecnologias que possibilitem maior interação entre os integrantes; no entanto, ainda predominam os cursos com provas escritas presenciais, trabalhos de pesquisa individuais e atividades objetivas.

Na prática diária de EaD, o que se observa é que quanto maior é a acessibilidade ao material impresso, de rádio e televisão, proporcionada, por exemplo, pelo emprego dos meios de massa, tanto maior o número de estudantes e tanto mais esporádica e escassa a interação direta e indireta entre docentes e discentes (Peters, 2004). Trata-se de uma prática comum em grandes universidades a distância e é criticada por especialistas da área (Peters, 2003; Palloff; Pratt, 2002), pois, na opinião deles, é necessário possibilitar-lhes o diálogo com os docentes e outros estudantes, porque nisso consistiria o verdadeiro fundamento do ensino científico.

A influência da tecnologia na sociedade se dará na medida em que a própria sociedade na qual ela está inserida irá analisá-la, aceitá-la, adaptá-la e rejeitá-la. Uma sociedade passiva certamente tenderá a aceitar a imposição tecnológica sem questioná-la.

Peters (2003, p. 79) afirma que “um método de ensino expositivo-entregador pode, no máximo, produzir uma aprendizagem no sentido de apropriar-se, de guardar na memória e de reproduzir o saber quando desafiado. Mas o que é desejável [...] é a capacidade de um pensar crítico autônomo”.

Percebe-se que, apesar de diferentes relatos que tentam descrever a modalidade de Educação a Distância como uma prática embebida de interação e interatividade, a realidade adotada tende a uma abordagem mais tradicional, voltada para a exposição do conteúdo, menos focada no diálogo e nos relacionamentos.

O imediatismo é foco principal da situação, já que é possível perceber acontecimentos transcendentais não importa onde estamos, aqui ou em qualquer parte do mundo. Para esse cenário complexo é que os professores são chamados ao desafio de acompanhar o processo de construção de uma personalidade segura, capaz de desenhar horizontes de realizações, conquistar uma vida digna e enfrentar diretamente um mundo complexo e mutável (Cáceres, 2006, p. 39).

4. Considerações Finais

É oportuno resgatar aqui que, nos últimos anos, o termo interatividade passou a ser utilizado sem descrição, nos mais variados contextos, para qualificar qualquer coisa que permita ao usuário algum tipo de participação. Atualmente, o termo se apresenta como um apelo de venda que agrega valor a produtos e serviços, como sinônimo de algo que é moderno e inovador, levando-nos a discutir a falta de ética nesse contexto.

A publicidade em torno desse tema estimula a chamada “indústria da interatividade”, levando o consumidor, seja ele espectador ou usuário, a se seduzir pela promessa de participação ou interferência no produto/serviço adquirido. Embora o adjetivo “interativo” possa auxiliar na venda de produtos e serviços, o que é facilmente perceptível é que a qualidade de interação possibilitada varia muito e nem sempre ocorre de forma satisfatória. Esse tipo de propaganda revela que conceitos éticos, já desde o início da oferta de um curso a distância, são ignorados, considerando que “o produto educação” ofertado não condiz com o “produto educação” entregue ao “consumidor aluno”.

Como afirmam Romani, Rocha e Silva (2006, p. 1), “os ambientes atuais têm privilegiado mais os aspectos técnicos, esquecendo um pouco do elemento humano que é fundamental e peça-chave no desenvolvimento de qualquer artefato, e o *software* não é diferente”.

Partindo dessa afirmação, da ideia de que a interação mediada por computador é um meio de se comunicar e que em ambos os lados existem seres humanos para estabelecer essa interação e que ela

deve ser norteadas por questões éticas, para aprofundar esse estudo seriam necessárias pesquisas sobre a comunicação interpessoal em ambientes virtuais no processo educativo de formação de professores na modalidade a distância, bem como análise das propostas iniciais desses cursos e da realidade ofertada.

Referências Bibliográficas

- Abed. (2012). *Código de ética da EaD*. Disponível em: http://www2.abed.org.br/institucional.asp?Institucional_ID=4. Acesso em: 15 ago 2012.
- Adorno, T. W. (1995). *Educação e emancipação*. 3th ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2011). *A ética é possível num mundo de consumidores?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Belloni, M. L. (2002). *Ensaio sobre a Educação a Distância no Brasil*. Educação & Sociedade, XXIII (78).
- Brasil. MEC. Secretaria de Educação a Distância. (2003). *Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância*. Brasília. Disponível em: <http://www2.ufscar.br/ead/documentos/referenciaisdeEAD.pdf>. Acesso em 21 ago. 2012.
- Cáceres, N. D. M. (2006). La formación docente... Abriendo caminos. In: Calderano, M. A. & Lopes, P. R. C. (Orgs.). *Formação de professores no mundo contemporâneo: desafios, experiências e perspectivas* (p. 39-54). Juiz de Fora: EDUFJF.
- Kant, I. (1959). *Crítica da razão prática*. São Paulo: Brasil. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/eLis/bris/razaopratica.html>. Acesso em 22 set. 2012.
- Oliveira, C. C. & Carneiro, M. L. F. (2005). *Referenciais éticos da educação a distância: uma experiência em cursos da UERGS*. Porto Alegre: Novas Tecnologias Cinted-UFRGS na Educação. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/13823/8010>. Acesso em 11 jul. 2018.
- Palloff, R. M. & Pratt, K. (2002). *Construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço*. Porto Alegre: Artmed.
- Pesce, L. (2012). *A formação ética e estética do profissional da EAD*. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2007/tc/3302007113419AM.pdf>. Acesso em 21 out. 2012.
- Peters, O. (2004). *A educação a distância em transição: tendências e desafios*. São Leopoldo: Ed. Unisinos.
- Peters, O. (2003). *Didática do ensino a distância: experiências e estágio da discussão numa visão internacional*. São Leopoldo: Ed. Unisinos.
- Romani, L. A. S., Rocha, H. V. & Silva, C. G. (2006). *Ambientes para educação a distância baseados na Web: onde estão as pessoas?* Disponível em: http://teleduc.nied.unicamp.br/pagina/publicacoes/lromani_ihc/index.htm. Acesso em: 11 ago. 2012.
- Silva, Obdália Santana Ferraz (2008). Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade? *Revista Brasileira de Educação*, 13(38), 357-368. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782008000200012>. Acesso em: 12 jul. 2018.
- Valente, José Armando (2010). *O papel da interação e as diferentes abordagens pedagógicas de Educação a Distância*. In Mill, Daniel; Pimentel, Nara. *Educação a Distância: desafios contemporâneos* (pp. 25-41). São Carlos: EdUFSCar.